



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA: JANEIRO A JUNHO' 13

Atendendo à exigência constante do art. 19 da Resolução C.G.P.C. Nº 13/04, quanto a aderência da Gestão dos Recursos Garantidores dos Planos de Benefícios às normas em vigor e à Política de Investimentos, bem como, a aderência das premissas e hipóteses atuariais e a execução orçamentária, desta Entidade (PSS - Seguridade Social), elaboramos este Relatório, com base nas informações já recebidas por este Conselho e na análise da documentação disponibilizada, pela Entidade, conforme segue:

1) ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ÀS NORMAS EM VIGOR E À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

1.1) ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

SEGMENTOS	JUNHO / 13						LIMITE DE ALOCAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	PLANO "B"		PLANO "C"		TOTAL		LEGISLAÇÃO	POLÍTICA INVEST.
	R\$ MIL	(*)	R\$ MIL	(*)	R\$ MIL	(*)		
DEBÊNTURES (I) - Debêntures Hauscenter S/A	30.659	1,8%	-	-	30.659	1,2%	"B": ATÉ 20%	ATÉ 20%
FUNDOS DE INVESTIMENTOS (II)								
RENDA FIXA							"B": ATÉ 100%	ATÉ 100%
- Fundos de Apl. Em Quotas de FIF	1.582.024	95,2%	731.710	80,0%	2.313.734	89,8%	"C": ATÉ 100%	ATÉ 100%
RENDA VARIÁVEL							"B": ATÉ 70%	ATÉ 20%
- Fundos de Apl. Em Quotas de FIF	12.429	0,7%	173.291	18,9%	185.720	7,2%	"C": ATÉ 70%	ATÉ 50%
TOTAL (II)	1.594.453	95,9%	905.001	98,9%	2.499.454	97,0%		
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS (III)								
CARTEIRA DE ALUGUÉIS E RENDA:								
- Av. Roque Petroni Junior, 999 - 5º, 6º e 7º andar - S.P.	26.321	1,8%	-	-	26.321	1,0%		
- Rua Dr. Cardoso de Mello, 1.855 - conj. 121 - S.P.	2.297	0,1%	-	-	2.297	0,1%		
SUB TOTAL	28.618	1,7%	-	-	28.618	1,1%	"B" ATÉ 8%	ATÉ 8%
DIREITO EM ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS								
- Valor a Receber - Ref.: Venda do imóvel situado na Av. Roque Petroni Junior, 1.089 - S.P. (Morumbi Shopping - participação = 10,115%)	8.270	0,5%	-	-	8.270	0,3%		
SUB TOTAL	8.270	0,5%	-	-	8.270	0,3%	"B" ATÉ 8%	ATÉ 8%
TOTAL (III)	36.888	2,2%	-	-	36.888	1,4%		
EMPRÉST. E FINANCIAMENTOS (IV)	1.350	0,1%	10.169	1,1%	11.519	0,4%	"B" ATÉ 15%	ATÉ 5%
							"C" ATÉ 15%	ATÉ 5%
TOTAL (I + II + III + IV)	1.663.350	100,0%	915.170	100,0%	2.578.520	100,0%		

(*) Percentual de Alocação do Patrimônio Líquido dos Planos ou do Total.

1

MANIFESTAÇÃO

Atestamos que todas as alocações nos segmentos de investimento estão em consonância com a Resolução CMN nº 3.792 e a Política de Investimentos dos planos.

Adicionalmente atestamos que a gestão dos segmentos de renda fixa e variável, que correspondem a 97% dos recursos da entidade, é feita de forma terceirizada, através de fundos exclusivos e por gestores de investimento registrados na CVM, os quais foram submetidos a um processo formal de seleção conduzido pela Risk Office. Além disso, constatamos que essa gestão é feita de forma discricionária, ou seja, as decisões de compra e venda de ativos são tomadas exclusivamente pelos gestores em consonância com os regulamentos dos fundos exclusivos, que reproduzem as condições e limites de risco estabelecidos nas políticas dos Planos B e C.

1.2) RENTABILIDADE:

1.2.1) PLANO "B":

SEGMENTO	JAN A JUN' 13 (%)	
	REALIZADO	META
Renda Fixa	-8,32	-8,50 ⁽¹⁾
- Santander	-6,92	-8,50 ⁽¹⁾
- Sul América	-7,05	-8,50 ⁽¹⁾
- Itaú	-6,77	-8,50 ⁽¹⁾
- HSBC	-7,35	-8,50 ⁽¹⁾
- BTG Pactual	-6,68	-8,50 ⁽¹⁾
- Bradesco	-8,65	-8,50 ⁽¹⁾
- BTG Pactual	-8,34	-8,50 ⁽¹⁾
- Itaú Unibanco	-8,20	-8,50 ⁽¹⁾
Renda Variável	-17,67	-22,14 ⁽³⁾
- BNP Paribas	-19,18	-22,14 ⁽³⁾
- Itaú	-20,64	-22,14 ⁽³⁾
- Bradesco	-15,72	-22,14 ⁽³⁾
- Western	-17,60	-22,14 ⁽³⁾
- BTG Pactual	-15,11	-22,14 ⁽³⁾
Empréstimos a Participantes	6,88	6,35 ⁽⁴⁾
Debêntures	8,17	6,35 ⁽⁴⁾
Imóveis	5,90	6,35 ⁽⁴⁾
Total do Plano	-7,82	5,23 ⁽⁵⁾

1.2.2) PLANO "C":

SEGMENTO	JAN A JUN' 13 (%)	
	REALIZADO	META
Renda Fixa	-6,96	-6,82 ⁽²⁾
- Santander	-6,92	-6,82 ⁽²⁾
- Sul América	-7,05	-6,82 ⁽²⁾
- Itaú	-6,77	-6,82 ⁽²⁾
- HSBC	-7,35	-6,82 ⁽²⁾
- BTG Pactual	-6,68	-6,82 ⁽²⁾
-	-	-
-	-	-
-	-	-
Renda Variável	-17,67	-22,14 ⁽³⁾
- BNP Paribas	-19,18	-22,14 ⁽³⁾
- Itaú	-20,64	-22,14 ⁽³⁾
- Bradesco	-15,72	-22,14 ⁽³⁾
- Western	-17,60	-22,14 ⁽³⁾
- BTG Pactual	-15,11	-22,14 ⁽³⁾
Empréstimos a Participantes	6,69	6,35 ⁽⁴⁾
-	-	-
-	-	-
Total do Plano	-9,02	5,74 ⁽⁶⁾

(1) 15% IMAB5 + 5% IMAC + 80% IMAB5+

(2) 15% IMAC + 85% IMAB

(3) 100% Ibovespa

(4) IPC-DI/FGV + 6,00% ao ano

(5) IPC-DI/FGV + 3,79% ao ano

(6) IPC-DI/FGV + 4,79% ao ano

MANIFESTAÇÃO

Plano "B"

Constatamos que o fundo de renda fixa Plano B, gerido pelo Bradesco, teve rentabilidade abaixo da meta devido a fatores circunstanciais, pois seguiu a Política de Investimento.

No segmento Imobiliário a rentabilidade não atingiu a meta, mas isso foi circunstancial, pois não houve qualquer atraso no pagamento dos aluguéis e as prestações vincendas, referentes à alienação da participação de 10,115% no Morumbi Shopping, foram pagas pontualmente.

Plano "C"

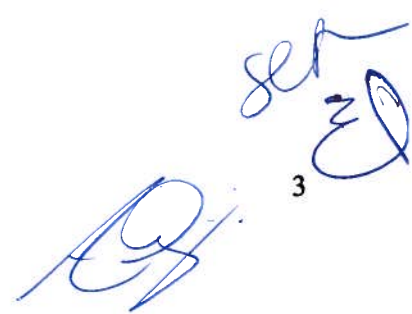
Constatamos que os fundos de renda fixa geridos pelo Santander, Sul América e HSBC tiveram rentabilidade inferior à meta, embora não tenha havido qualquer irregularidade na gestão. Atestamos que a Entidade vem fazendo esforços para incentivar a superação da meta, uma vez que, os gestores recebem taxa de performance caso isso aconteça.

1.3) CONTROLE DE RISCO (DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA – DNP):

1.3.1) PLANO "B":

SEGMENTO	(*) DNP - JAN A JUN' 13 (%)
Renda Fixa	0,18
Renda Variável - Doméstica	4,47
Debêntures	1,82
Imóveis	-0,45
Empréstimos a Participantes	0,53
Total	-13,05

(*) Divergência Não Planejada é a diferença entre a rentabilidade do segmento e a respectiva meta.



Handwritten signatures and a number 3.

1.4) CONTROLE DE RISCOS: BASE JUNHO / 2013

1.4.1) DE MERCADO (VAR Relativo):

FUNDO	GESTOR	VAR RELATIVO		
		%	LIMITE (*)	
			Plano "B"	Plano "C"
FI Renda Fixa Ideal Longo Prazo	Sul América	0,15%	0,5% ao mês	0,5% ao mês
FI Renda Fixa Multiply Longo Prazo	Santander	0,18%	0,5% ao mês	0,5% ao mês
Fidelidade L FI RF Previdenciário Longo Prazo	HSBC	0,08%	0,5% ao mês	0,5% ao mês
Futuro Previdenciário Renda Fixa FI	Itaú Unibanco	0,11%	0,5% ao mês	0,5% ao mês
Life FI Renda Fixa Longo Prazo	BTG Pactual	0,29%	0,5% ao mês	0,5% ao mês
Bradesco FIA Ideal	Bradesco	7,81%	10% ao ano	10% ao ano
Life FI Em Ações	Western	6,37%	10% ao ano	10% ao ano
Luxor Ações FI	Itaú Unibanco	8,38%	10% ao ano	10% ao ano
Previdência "B" FI Em Ações	BTG Pactual	8,78%	10% ao ano	10% ao ano
FIA Multiply Variable	BNP Paribas	7,25%	10% ao ano	10% ao ano
FI Renda Fixa Plano B	Bradesco	0,20%	0,2% ao mês	-
FI Renda Fixa Plano B II	Itaú Unibanco	0,25%	0,2% ao mês	-
FI Renda Fixa Plano B III	BTG Pactual	0,21%	0,2% ao mês	-

VAR Relativo = corresponde ao desvio máximo esperado em relação ao benchmark com 95% de nível de confiança.

(*) Limite expresso na política de investimentos do plano e no regulamento do fundo exclusivo de investimento, que, se não obedecido, pode provocar o descredenciamento do gestor.

Examinando o quadro acima, atestamos que os todos os fundos estavam enquadrados quanto ao limite de Var Relativo, exceto os fundos de renda fixa Plano B II e Plano B III que tinham ao final do semestre VAR Relativo ligeiramente acima do limite permitido pela política de investimento. Constatamos que esses desenquadramentos foram involuntários, pois foram provocados pela forte volatilidade do mercado no mês. Na primeira semana de julho, com o mercado menos volátil, os dois casos foram regularizados automaticamente.

1.4.2) DE MERCADO (VAR Absoluto e STRESS):

PLANO "B"				PLANO "C"			
VAR Absoluto		Stress		VAR Absoluto		Stress	
R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
192.549	12,06	174.889	10,96	103.921	11,48	98.457	10,87

VAR Absoluto = Corresponde a perda máxima esperada para o plano expressa em valor e em percentual do total dos ativos, no horizonte de um (1) mês e com 95% de nível de confiança.

Stress = É a perda que o plano pode vir a ter expressa em valor e em percentual do total dos ativos, se o cenário de stress do mercado vier a ocorrer. É calculada pela Risk Office e baseada no cenário de stress divulgado periodicamente pela BM&F para taxas de juros (CDI, NTN's, LFT's, etc) e nível da Bovespa (ações).

O Var Absoluto e o Stress servem apenas como indicadores de risco, mas não orientam expressamente nenhuma ação por parte dos gestores, pois não há limites estabelecidos para eles nas políticas de investimentos e nem nos regulamentos dos fundos exclusivos.


 4


1.4.3) DE CRÉDITO - RATING:

R\$ MIL

PLANO "B"											
AAA		AA		A		BBB		<BBB-		(*) OUTROS	
MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%
41,803,3	33,67	67,370,1	54,26	14,680,2	11,82	0,0	0,00	311,1	0,25	-18,6	-0,01

*Emissores não avaliados através de rating (ex: BM&F e CETIP).

R\$ MIL

PLANO "C"											
AAA		AA		A		BBB		<BBB-		(*) OUTROS	
MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%	MtM Calculado	%
35,349,4	45,33	33,517,8	42,98	6,548,2	8,40	0,0	0,00	2,565,7	3,29	-153,4	-0,20

*Emissores não avaliados através de rating (ex: BM&F e CETIP).

Quanto ao risco de crédito dos investimentos, no segmento Renda fixa, o Plano somente poderá manter títulos avaliados por pelo menos uma das agências abaixo com as respectivas avaliações (ratings) mínimas:

Agência	Maior Ano	Até Ano
FITCH RATINGS	A -(bra)	F2+(bra)
MOODY'S INVESTOR	Aa3.br	BR-2
STANDARD & POORS	brA -	brA-2

Atestamos que os planos encontram-se enquadrados aos limites de rating de crédito estabelecidos nas políticas de investimentos.

Nas tabelas acima os valores alocados em investimentos com classificação de risco inferior à requerida pelas políticas de investimento, ou seja, BBB ou abaixo, referem-se a DPGEs (Depósitos a Prazo com Garantia Especial), os quais possuem garantia do FGC (Fundo Garantidor de Crédito) até o valor de R\$ 20 milhões.

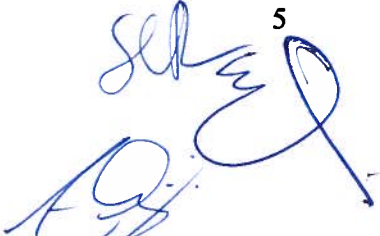
1.4.4) DE LIQUIDEZ:

PLANO "B"							
1 D.U.		7 D.U.		21 D.U.		LONGO	
OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO
65,91%	65,91%	23,03%	88,94%	6,69%	95,62%	4,38%	100,00%

PLANO "C"							
1 D.U.		7 D.U.		21 D.U.		LONGO	
OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO	OBSERVADO	ACUMULADO
76,30%	76,30%	13,45%	89,75%	5,16%	94,91%	5,09%	100,00%

OBS.: As tabelas acima apresentam os percentuais dos recursos dos segmentos de renda fixa e variável dos planos que podem ser convertidos em caixa em cada um dos períodos analisados. A base para a obtenção desses valores é o volume de negócios registrados em mercado secundário. Por conservadorismo, adota-se que o volume que pode ser negociado pelos gestores corresponde a 20% do volume médio diário dos últimos 21 dias.

Adicionalmente, analisamos o fluxo de caixa anexo referente ao Plano B, o qual projeta a partir do final de junho de 2013 até o ano de 2050 todos os recebimentos de investimentos e os pagamentos de benefícios do plano. A projeção considera uma tábua de mortalidade AT 2000 e, por conservadorismo, a reaplicação dos recursos a uma taxa real de

5


juros de zero por cento ao ano. Através dessa análise constatamos que o plano não deverá ter problema de liquidez em nenhum dos anos, e que, em 2050 deverá ter recursos para pagar toda a provisão matemática (R\$ 76 milhões) e ainda deverá haver uma sobra de R\$ 442 milhões. Essa sobra poderá ser menor se, durante o período mencionado acima, for necessário passar utilizar tabuas de mortalidades com maior longevidade que a atual AT 2000.

Considerando que o Plano B tem como estratégia alocar quase a totalidade de seus recursos em renda fixa, cujo benchmark é basicamente indexado a inflação, tem duration (prazo médio) próximo ao do passivo atuarial e que seu limite de Var Relativo é baixo (0,2% ao mês), o fluxo de caixa analisado não deverá sofrer variações significativas no decorrer do tempo. Mas, caso isso ocorra, o benchmark e o Var Relativo poderão ser alterados na política de investimentos.

1.5) CUSTOS DA GESTÃO:

1.5.1) PLANO GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA) – INTERNA:

DESCRIÇÃO	JAN A JUN' 2013					
	PLANO "B"		PLANO "C"		PLANOS "B" + "C"	
	R\$ = MIL	%	R\$ = MIL	%	R\$ = MIL	%
Despesas Administrativas	1.684	100,0	1.314	100,00	2.998	100,0
1. Administração Previdencial	1.166	69,2	1.023	77,9	2.189	73,0
Pessoal e encargos	617	36,6	547	41,6	1.164	38,9
Serviços de terceiros	315	18,7	280	21,3	595	19,8
Despesas gerais	89	5,3	79	6,0	168	5,6
Contingências	54	3,2	48	3,7	102	3,4
Outras Despesas	91	5,4	69	5,3	160	5,3
2. Administração dos investimentos	518	30,8	291	22,1	809	27,0
Pessoal e encargos	249	14,9	140	10,6	389	13,0
Serviços de terceiros	229	13,6	129	9,8	358	11,9
Despesas gerais	12	0,7	6	0,4	18	0,6
Contingências	24	1,4	14	1,1	38	1,3
Outras Despesas	4	0,2	2	0,2	6	0,2
INDICADOR DE GESTÃO						
A = Recursos Garantidores	1.663.350		915.170		2.578.520	
B = Despesas últimos 12 meses	3.085		2.369		5.454	
C = Em % (B / A)	0,19		0,26		0,21	




1.5.2) GESTÃO EXTERNA:

DESCRIÇÃO	JAN A JUN' 2013					
	PLANO "B"		PLANO "C"		PLANOS "B" + "C"	
	R\$ = MIL	%	R\$ = MIL	%	R\$ = MIL	%
- Taxa Administrativa	209	31,3	483	45,1	692	39,8
- Custódia	294	43,9	167	15,6	461	26,5
- Corretagem	14	2,1	157	14,7	171	9,8
- Despesas Gerais	45	6,7	114	10,7	159	9,1
- Taxa Fiscalização CVM	78	11,7	120	11,2	198	11,4
- Auditorias	15	2,2	29	2,7	44	2,6
- Taxa de Performance	14	2,1	-	-	14	0,8
TOTAL	669	100,0	1.070	100,0	1.739	100,0

MANIFESTAÇÃO

De acordo com o Capítulo XVII, artigo 23, do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, é de nossa responsabilidade o acompanhamento e controle da execução orçamentária, bem como, do limite de gastos estabelecido pelo Conselho Deliberativo.

Verificamos através do demonstrativo do item – 1.5.1 (Indicador de gestão) que as despesas administrativas (previdenciárias / financeiras), representam 0,21% dos recursos garantidores dos planos, situando-se próximo do orçamento (0,19%) e bem abaixo do limite estabelecido pelo Conselho Deliberativo (0,40%).

2) ADERÊNCIA DAS PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS

2.1) D.A. (Demonstração Atuarial) e NOTAS TÉCNICAS ATUARIAIS

PREMISSAS E HIPÓTESES ATUARIAIS	D.A.	
	2.012	2.013
Taxa Real Anual de Juros = taxa de desconto (*)	3,79%	3,79%
Crescimento Real de Salário	2,50%	2,50%
Crescimento Real de Benefício	0,00%	0,00%
Fator de Capacidade Real:		
° Salários	98,00%	98,00%
° Benefícios	98,00%	98,00%
Tábua de Mortabilidade Geral	AT-2000	AT-2000
Tábua de Mortabilidade de Inválidos	CSO – 1958	CSO – 1958
Tábua de Entrada em Invalidez (Modificada)	RRB – 44	RRB – 44
Tábua de Rotatividade	(A)	(A)
Método Atuarial Adotado	PUC	PUC

(A) Modificada com base na experiência das patrocinadoras da PSS.

(*) Para as provisões matemáticas de benefícios de risco do Plano – C = 4,79%.

MANIFESTAÇÃO

Considerando o apontamento feito na resposta ao item 3.1.2 do Relatório de Fiscalização (03/2012/ERSP/PREVIC), nos reunimos, em 23/08/13, com a Diretoria Executiva e o atuário, para reavaliar os seguintes itens abaixo, visando o cálculo atuarial de 2013:

1) Adequação dos Regimes Financeiros e Métodos de Financiamento vigentes:

Recomendamos a manutenção dos regimes financeiros e métodos de financiamento adotados na avaliação atuarial do exercício de 2012 os quais estão em perfeita consonância ao item 5.1 do Anexo à Resolução CGPC nº 18 e a Lei Complementar nº 109/2001. Os regimes e métodos a serem adotados são:

1.1) Plano B:

Regime de Repartição Simples – Pecúlio por Morte do Ativo, Resgate e Portabilidade;

Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação por Morte do Ativo, Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;

Regime de Capitalização (Método do Crédito Unitário Projetado) – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade, Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido, Suplementação por Morte do Assistido e Pecúlio por Morte do Assistido.

1.2) Plano C:

Regime de Repartição de Capitais de Cobertura – Suplementação do Auxílio-Doença e Suplementação do Auxílio-Reclusão;

Regime de Capitalização:

Método do Crédito Unitário Projetado - Suplementação de Aposentadoria por Invalidez, Suplementação por Morte do Aposentado, Suplementação por Morte do Ativo e Pecúlio por Morte do Ativo;

Método de Capitalização Financeira – Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Suplementação de Aposentadoria Especial, Suplementação de Aposentadoria por Idade e Suplementação decorrente do Benefício Proporcional Diferido.

2) Aderência das Hipóteses Biométricas e Financeiras:

2.1) Taxa de Juros:

Consideramos que o critério de determinação da taxa de desconto do passivo atuarial deve levar em conta a taxa de juros vigente no mercado, mas também os percentuais de alocação de cada plano nos diversos segmentos de investimento. Portanto, julgamos apropriadas as taxas de desconto diferentes, conforme explicado abaixo:

2.1.1) Plano B

Como esse plano aloca quase a totalidade de seus recursos no segmento de renda fixa, principalmente em NTNBS, recomendamos adotar como taxa de desconto a taxa da NTNBS 2030, a qual tem duration mais próximo ao do passivo atuarial, no último dia do ano, já que a valorização dos investimentos é feita nesse dia para efeito do balanço anual.

2.1.2) Plano C

Esse plano aloca cerca de 20% em renda variável (ações) e o restante em renda fixa, principalmente em NTNBS. Como o mercado considera que as ações tem um prêmio de risco de aproximadamente de 5% em relação ao retorno da renda fixa, recomendamos adotar a taxa de desconto do Plano B acima acrescida de 1%. Esse acréscimo foi calculado multiplicando-se os 5%, referente ao prêmio de risco, pelos 20% de alocação em renda variável.

Nota: Para ambos os Planos, deverá ser respeitada a taxa máxima real de juros, para o ano, estabelecida através da Resolução Nº 9/2012 do CNPC (Conselho Nacional de Previdência Complementar).

Tendo em vista a volatilidade que as taxas indicativas mensais da NTN-B 2030 tem apresentado nos últimos anos, e com o intuito de o resultado do plano apresentar cenários mais realistas em sua evolução mensal, a reavaliação atuarial mensal por recorrência das provisões matemáticas a partir do exercício de 2014 refletirá as estimativas de impactos da variação mensal da taxa de juros.

Uma vez que o plano tem tanto seus ativos quanto suas obrigações apuradas a valor de mercado, esse ajuste será realizado para refletir o impacto da valoração a mercado das obrigações em linha com a metodologia de definição da taxa de juros dos planos da entidade.

2.2) Tábua de Mortalidade:

Considerando as ocorrências registradas no cadastro de participantes nos anos de 2009 à 2012 versus as premissas vigentes (AT1983 desagravada em 10%, até 2011 e AT2000, em 2012), temos o seguinte:

Recomendamos a manutenção da tábua AT2000, conforme descrita no parecer do atuário referente ao exercício de 2012 e o contínuo acompanhamento do número de ocorrências de morte versus o número esperado de mortes em cada exercício até que se tenha um histórico consistente para se fazer uma adequação necessária. Caso esse histórico não atenda às exigências da Previc, a PSS deverá realizar estudo completo de aderência das hipóteses biométricas e demográficas para subsidiar a manutenção das tábuas hoje adotadas.

2.3) Fator de Capacidade:

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual entre 3,4% e 5,7% a.a. aproximadamente. Considerando que as projeções futuras de inflação de longo prazo, apontam para uma inflação em torno de 5 a 5,5%, entendemos ser adequada a manutenção de um fator de capacidade de 98%.

2.4) Demais Hipóteses:

2.4.1) Crescimento salarial:

Considerando que:

1 - O Plano de Benefícios C está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, onde a hipótese de crescimento salarial tem impacto muito mais restrito nos benefícios de aposentadoria (impacto somente nas contribuições a serem feitas no ano) e impacto um pouco maior nos benefícios definidos, onde se consideram projeções de salários até a data esperada de aposentadoria;

2 - A pouca representatividade das reservas de risco sobre o compromisso total (9,8% das reservas totais em 30/06/2013).

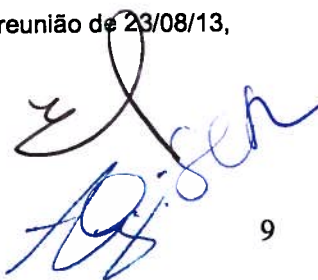
3 - Esta hipótese está intimamente atrelada aos procedimentos, perspectivas e planejamentos salariais de longo prazo das patrocinadoras (ressalte-se, inclusive, que a legislação confere a responsabilidade desta hipótese às patrocinadoras);

4 - As manifestações formais das patrocinadoras sobre a validade e veracidade desta hipótese para suas políticas de longo prazo;

5 - O já manifestado horizonte de longo prazo desta hipótese.

Entendemos não ser necessário, neste momento, qualquer questionamento ou pedido de análise desta hipótese por parte das patrocinadoras.

Obs.: A apresentação feita pelo atuário da Towers Watson, Sr. Tarciso B. Nogueira, durante a reunião de 23/08/13, encontra-se anexa a este Relatório.



9

2.2) EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO E DAS PROVISÕES MATEMÁTICAS / FUNDOS:

R\$=MIL

DESCRIÇÃO	PLANO "B"		PLANO "C"		PLANOS (B+C)	
	31/12/12	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12	30/06/13
Patrimônio Líquido	1.826.202	1.629.355	1.018.042	914.564	2.844.244	2.543.919
Provisões:						
° Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos	1.494.448	1.526.124	369.647	353.245	1.864.095	1.879.369
° Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder	55.782	54.548	543.479	479.706	599.261	534.254
° Provisões Matemáticas a Constituir	(218)	(225)	-	-	(218)	(225)
TOTAL	1.550.012	1.580.447	913.126	832.951	2.463.138	2.413.398
Fundo de Retirada	1.473	1.555	104.916	15.791	106.389	17.346
Fundo Previdencial		62.918		65.822		128.740
Resultado Acumulado - Superávit / (Déficit)	274.717	(15.565)	-	-	274.717	(15.565)

MANIFESTAÇÃO

Plano "B"

Verificamos em 30/06/2013, que o Patrimônio Líquido de R\$ 1.629,3 milhões, não foi suficiente para cobrir o valor das Obrigações de R\$ 1.644,9 milhões (Provisões Matemáticas + Fundo de Retirada LP-Displays + Fundo Previdencial), gerando um Déficit Acumulado de (-) R\$ 15,6 milhões.

Com relação às provisões matemáticas, no cálculo atuarial para o balanço de 31/12/2013, o atuário deverá recalculiar o passivo atuarial utilizando a taxa vigente na ocasião para a NTN-B 2030. É importante registrar que essa taxa já subiu consideravelmente durante 2013, passando de 3,79% ao ano, em 31/12/2012, para 5,35% ao ano, em 30/06/2013. Caso a última fosse adotada na valorização das provisões matemáticas, segundo os cálculos estimados elaborados pela Diretoria Executiva, o Passivo Atuarial seria de aproximadamente R\$ 1.314,2 milhões ao invés de R\$ 1.580,4 milhões e o Resultado Acumulado (exercícios anteriores + 2.013) passaria a ser um Superávit de R\$ 250,6 milhões ao invés de um Déficit de (-) R\$ 15,6 milhões.

Adicionalmente, verificamos que, seguindo o que ficou estabelecido na reunião extraordinária do Conselho Deliberativo, de 15/03/2013, foi constituído, em março/2013, um Fundo Previdencial para cobrir uma eventual reversão de recursos transferidos, em 31/12/2005, do Plano-C para o Plano-B, no valor de R\$ 20,5 milhões (vide Ofício N° 4.925/PREVIC de 28/12/2012). O Valor do Fundo (R\$ 62,9 milhões), em 30/06/2013, refere-se aos R\$ 20,5 milhões atualizados com base na rentabilidade do Plano-B de janeiro de 2.006 até junho de 2.013. Caso os R\$ 20,5 milhões fossem atualizados com base na rentabilidade do Fundo Especial do Plano C, de janeiro de 2.006 até junho de 2.013, o valor seria de R\$ 60,4.

Plano "C"

Em 30/06/2013, o Patrimônio Líquido de R\$ 914,6 cobriu o valor das obrigações de R\$ 848,8 milhões (Provisões Matemáticas + Fundos de Retiradas de Patrocínio), e ainda foi suficiente para gerar Fundo Especial no valor de R\$ 65,8 milhões.

De acordo com os registros contábeis pudemos certificar que o saldo de R\$ 81,6 milhões (R\$ 104,9 milhões em 31/12/2012), dos Fundos, refere-se a:

- Fundo Especial Normal (R\$ 35,6 milhões),
- Fundo Especial – Redução Contribuições Patrocinadoras (R\$ 30,2 milhões)
- Fundo de Retirada da Patrocinadora Jabli (R\$ 0,6 milhões),
- Fundo de Retirada da Patrocinadora LP-Displays (R\$ 3,7 milhões),
- Fundo de Retirada da Patrocinadora Atos Origin (R\$ 2,5 milhões).
- Fundo de Retirada da NXP (R\$ 9,0 milhões).

2.3) RESULTADO DO(S) PLANO(S):

R\$=MIL

DESCRIÇÃO	JANEIRO A JUNHO			
	2.012	2.013		
	REALIZADO	ORÇADO	REALIZADO	VARIAÇÃO
PLANO "B"				
Contribuições (Patrocinadoras + Participantes)	168,8	127,0	64,7	-62,3
Pagamento de Benefícios	-48.976,80	-52.222,5	-53.011,1	-788,6
Contingências	0,0	0,00	0,0	0,0
Resultado Financeiro	186.178,1	89.689,2	-142.218,1	-231.907,3
Sub Total	137.370,1	37.593,7	-195.164,5	-232.758,2
Despesas Administrativas	-1.452,1	-1.576,4	-1.682,7	-106,3
Formação / Utilização Fundos	521,5	-71,6	-63.000,3	-62.928,7
Formação Provisões Matemáticas	-25.948,7	-21.164,4	-30.434,3	-9.289,9
SUPERÁVIT / (DÉFICIT)	110.490,8	14.781,3	-290.281,8	-305.063,1
PLANO "C"				
Contribuições (Patrocinadoras + Participantes)	6.952,4	6.893,4	7.418,4	525,0
Pagamento de Benefícios	-16.486,2	-14.995,3	-18.506,9	-3.511,6
Contingências	0,0	0,00	0,0	0,0
Resultado Financeiro	77.531,1	54.744,2	-91.075,1	-145.819,3
Sub Total	67.997,3	46.642,3	-102.163,6	-148.805,9
Despesas Administrativas	-1.326,6	-1.237,4	-1.314,0	-76,6
Formação / Utilização Fundos	-8.833,8	-3.964,1	23.302,8	27.266,9
Formação Provisões Matemáticas	-57.836,9	-41.440,8	80.174,8	121.615,6
SUPERÁVIT / (DÉFICIT)	-	-	-	-
PLANOS "B + C"				
Contribuições (Patrocinadoras + Participantes)	7.121,2	7.020,4	7.483,1	462,7
Pagamento de Benefícios	-65.463,0	-67.217,8	-71.518,0	-4.300,2
Contingências	0,0	0,00	0,0	0,0
Resultado Financeiro	263.709,2	144.433,4	-233.293,2	-377.726,6
Sub Total	205.367,4	84.236,0	-297.328,1	-381.564,1
Despesas Administrativas	-2.778,7	-2.813,8	-2.996,7	-182,9
Formação / Utilização Fundos	-8.312,3	-4.035,7	-39.697,5	-35.661,8
Formação Provisões Matemáticas	-83.785,6	-62.605,2	49.740,5	112.345,7
SUPERÁVIT / (DÉFICIT)	110.490,8	14.781,3	-290.281,8	-305.063,1

MANIFESTAÇÃO

Plano "B"

Conforme verificamos, a variação de (-) R\$ 305,1 milhões existente entre o superávit realizado e o orçamento, deve-se principalmente a variação apurada no resultado financeiro (- R\$ 231,9 milhões), em formação de fundo previdencial (- R\$ 62,9 milhões) e em formação de provisões matemáticas (- R\$ 9,3 milhões).

Os principais motivos para essas variações foram:

- Resultado Financeiro: rentabilidade do segmento de renda fixa (- 8,32%) bastante inferior à orçada (4,74%).
- Formação de Fundo Previdencial: Vide manifestação já feita no item - 2.2, Plano-B, 3º parágrafo.
- Formação de Provisões Matemáticas: Índice de atualização das provisões (IPC - DI - FGV) foi superior ao orçado no período (real: 3,61% / orçado: 2,71%).

Plano "C"

Dada a característica deste plano (Contribuição Variável), constatamos que mensalmente é revertido o resultado para formação / utilização do fundo previdenciário, o que justifica resultado zero tanto orçado quanto realizado. Apesar disso, verificamos que as variações nas linhas do resultado decorrem principalmente de:

- Pagamento de Benefícios (-) R\$ 3,5 milhões: Pagamentos de resgates (devolução de quotas) acima dos valores orçados (orçado = R\$ 3,0 milhões / real = R\$ 4,9 milhões). Além disso, houve pagamentos de aposentadorias concedidas acima do orçado (orçado = R\$ 12,0 milhões / real = R\$ 13,6 milhões).

- Resultado Financeiro (-) R\$ 145,8 milhões: Rentabilidades dos fundos exclusivos de renda fixa e renda variável bem abaixo das orçadas (RF: orçado = 4,74% / realizado = (-) 6,96% - RV: orçado = 7,33% / realizado = (-) 17,67%).

- Formação Provisões Matemáticas R\$ 121,6 milhões: Atualização dos saldos de contas (participantes e patrocinadoras) abaixo dos orçados, devido as rentabilidades dos fundos exclusivos de renda fixa e de renda variável, mencionadas acima, terem sido muito inferiores às orçadas.

- Formação de Fundos R\$ 27,3 milhões: Atualização do saldo do fundo especial bem abaixo do orçado, devido as rentabilidades mencionadas acima.

3) DOS CONTROLES INTERNOS:

3.1) RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ADERÊNCIA À RESOLUÇÃO CGPC Nº 13/04

- Controles Internos de Atuação: Os procedimentos e evidências das aderências encontram-se discriminados no item-2.1 deste Relatório.

- Controles Internos de Governança:

- a) **Estrutura Gerencial:** A Diretoria Executiva submeteu e foi aprovada pelo Conselho Deliberativo na reunião de 29/11/12 a alteração do Estatuto a fim de mitigar riscos relacionados à concentração de poderes, bem como, para o gerenciamento de possíveis conflitos de interesses, para o caso do exercício acumulado das competências de membro do Conselho Deliberativo e de Diretor Gerente, pela mesma pessoa, apontados no item 3.2.1 do Relatório de Fiscalização (03/2012/ERSP/PREVIC).
Na mesma reunião, foi aprovada a proposta para redução do número de membros do Conselho Deliberativo para 06 e o número de membros do Conselho Fiscal para 03.
Atestamos que a aprovação da proposta pela Previc foi publicada no Diário Oficial e passou a vigorar a partir de 17 de julho de 2013.
- b) **Formação e Treinamento de Gestores:** O Conselho Deliberativo na reunião realizada em 30/08/12 aprovou o critério a ser adotado para a Formação e Treinamento dos Gestores, atendendo assim, ao item 3.2.2 do Relatório de Fiscalização mencionado acima. Até o momento somente um conselheiro realizou um dos 3 cursos previstos no treinamento. Há, portanto, a necessidade que até o final de 2014 os conselheiros se inscrevam nos cursos previstos.
- c) **Identificação e Gerenciamento de Riscos:** Visando o atendimento ao item 3.2.4 do Relatório de Fiscalização, a Diretoria Executiva contratou a empresa Risk Office para atualizar os procedimentos de mapeamento e tratamento dos riscos, inclusive os operacionais (item 3.5 do Relatório de Fiscalização).
Em reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 29/11/12, a Risk Office apresentou para os membros desse Conselho, o modelo de risco e critérios adotados no trabalho. Como parte dele, foi criada e implantada uma Política para Gestão de Riscos, a qual já está disponível para acesso no site da Entidade. Adicionalmente, recebemos o Relatório de Avaliação de Riscos e Controles Internos, elaborado pela Risk Office, com recomendações para o tratamento dos riscos mais relevantes, ou seja, elaborar norma de comunicação (risco de imagem), elaborar norma de contratos (risco legal), criar manuais de processos/treinar pelo menos dois colaboradores para cada processo (risco operacional) e desenvolver plano de continuidade de negócios (risco operacional). A Diretoria Executiva nos informou que já está trabalhando na implantação dessas medidas, tendo estabelecido, como meta, concluí-las até o final de 2.013.

Constatamos que até o momento já foram elaboradas a Norma de Comunicação e de Contratos, as quais serão submetidas para a aprovação do Conselho Deliberativo em agosto. Quanto ao Manual de Processo e Treinamento dos Colaboradores, a Risk Office já foi contratada para realizar esse trabalho, o qual será apresentado ao Conselho Deliberativo até o final do ano, juntamente com o Plano de Continuidade de Negócios.

Após avaliação de todo esse trabalho, concluímos serem suficientes os controles internos que estão sendo criados e que passarão a ser adotados pela Entidade.

- d) **Análise dos Serviços Prestados e da Seleção de Provedores:** Visando o atendimento ao item 3.1.2 do relatório de Fiscalização acima, evidenciamos a qualidade dos serviços prestados pelos atuais fornecedores da PSS, bem como verificamos a ausência de conflito de interesse nas contratações. A escolha da Risk Office, para o trabalho relativo ao Manual de Processo e Treinamento dos Colaboradores, se baseou em análise de custo x benefício, após a obtenção de ofertas de outros provedores.

4) RECOMENDAÇÕES:

Nada digno de nota.

São Paulo, 23 de agosto de 2013.

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL



ALEXANDRE QUINZE
(Representante Participantes Ativos)



SEBASTIÃO LOPES DA ROCHA
(Representante Participantes Assistidos)



EDSON MINTO DIAS